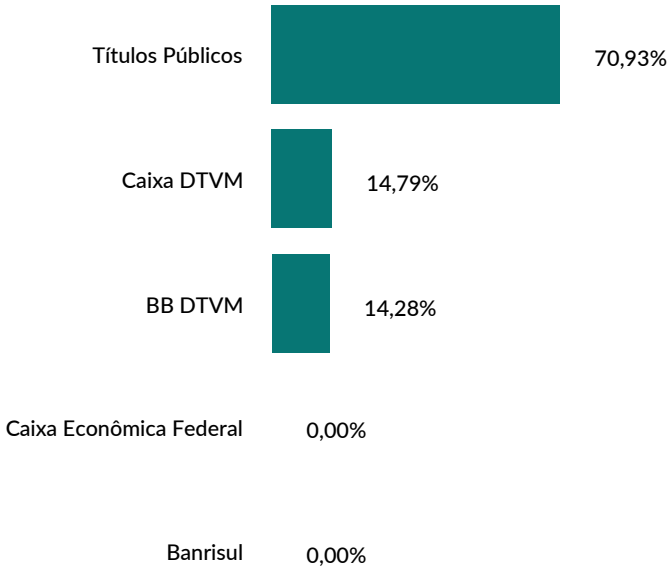
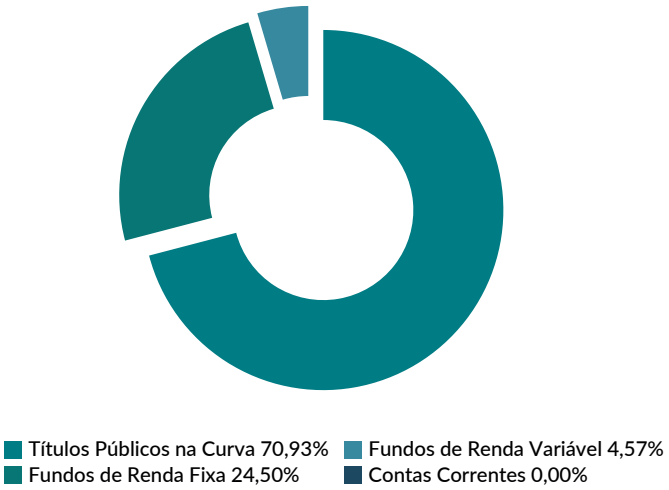
INPREVID

Os recursos do INPREVID são aplicados respeitando os princípios de segurança, legalidade, liquidez e eficiência. A diretoria do RPPS, assessorada pela SMI Consultoria de Investimentos, vem buscando estratégias para que as necessidades atuariais do Instituto sejam alcançadas de acordo com os prazos estabelecidos.

DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR INSTITUIÇÃO FINANCEIRA



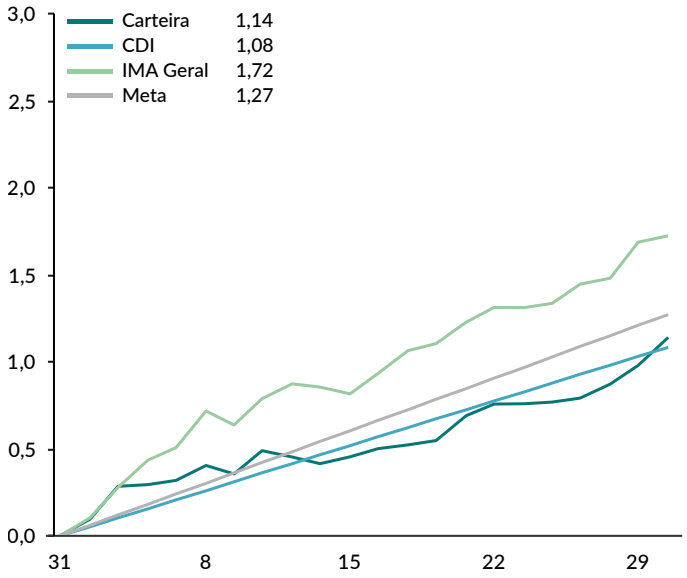
DISTRIBUIÇÃO DA CARTEIRA POR SEGMENTO



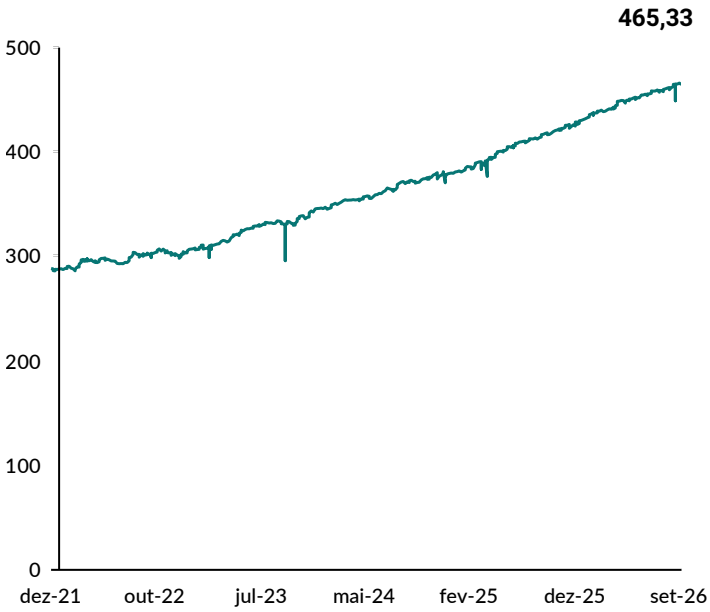
HISTÓRICO DE RENTABILIDADE

COMPARATIVO	NO MÊS	NO ANO	EM 12 MESES
INPREVID	1,14%	8,65%	11,78%
META - INPC + 5,50%	1,27%	8,27%	9,88%
CDI	1,08%	10,51%	14,48%
IMA GERAL	1,72%	10,11%	13,95%
IBOVESPA	5,03%	15,65%	27,42%

RENTABILIDADE ACUMULADA NO MÊS (EM %)



EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO (EM R$ MILHÕES)



O mês de setembro foi marcado por uma melhora expressiva do desempenho dos ativos brasileiros, embora acompanhada por elevada volatilidade e crescente sensibilidade ao cenário eleitoral. O Ibovespa iniciou setembro ainda sob influência das incertezas fiscais, políticas e externas, mas passou a apresentar recuperação ao longo do mês, favorecido pela retomada do fluxo estrangeiro, pela expectativa de continuidade da flexibilização monetária e pelo acirramento da disputa presidencial.

O desempenho do mercado acionário esteve diretamente relacionado à evolução das expectativas para a política econômica e, principalmente, para as eleições presidenciais. Ao longo do mês, pesquisas eleitorais passaram a mostrar uma disputa mais equilibrada entre Luiz Inácio Lula da Silva e Flávio Bolsonaro em cenários de segundo turno. A redução da vantagem de Lula foi interpretada por parte dos investidores como potencialmente favorável aos ativos brasileiros, diante da expectativa de uma eventual mudança na condução da política fiscal. Em diferentes momentos do mês, a divulgação de pesquisas provocou movimentos relevantes no Ibovespa, no dólar e na curva de juros, evidenciando que o cenário eleitoral passou a exercer influência crescente sobre a precificação dos ativos.

A política monetária brasileira avançou mais uma etapa no processo de flexibilização durante setembro. Em sua reunião de 16 de setembro, o Copom reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, de 14,00% para 13,75% ao ano, realizando o quinto corte consecutivo. A decisão foi unânime e levou a taxa básica ao menor nível desde o fim do ciclo de aperto monetário anterior. O Banco Central, contudo, manteve uma comunicação cautelosa e não sinalizou previamente os próximos passos, destacando a necessidade de acompanhar a evolução da inflação, das expectativas e da atividade econômica.

A decisão do Copom ocorreu em um contexto no qual a inflação corrente apresentava alguma melhora, mas as expectativas permaneciam acima da meta. O Banco Central projetou inflação de 5,2% para 2026, 3,9% para 2027 e 3,2% para o primeiro trimestre de 2028, considerado o atual horizonte relevante da política monetária. O Comitê também destacou riscos associados à desancoragem das expectativas, à inflação de serviços, à trajetória do petróleo, aos efeitos climáticos sobre alimentos e energia e à possibilidade de estímulos à demanda doméstica. Dessa forma, apesar da continuidade do ciclo de cortes, a comunicação do Banco Central reforçou a percepção de que a flexibilização deverá permanecer gradual.

As expectativas de mercado também passaram por ajustes ao longo do mês. No Focus divulgado em 21 de setembro, após a decisão do Copom, a mediana para a Selic ao final de 2026 caiu de 13,75% para 13,50%, indicando a expectativa de pelo menos mais um corte de 0,25 ponto percentual. Ao mesmo tempo, a projeção para o IPCA de 2026 subiu de 4,90% para 4,92%, enquanto a estimativa para 2027 permaneceu em 4,30%. A projeção de crescimento do PIB também foi revisada para baixo, de 1,89% para 1,88%. O movimento evidencia que o mercado passou a combinar uma expectativa de juros menores com uma visão um pouco menos favorável para a inflação e para o crescimento econômico.

Nos Estados Unidos, setembro foi marcado por uma mudança relevante na política monetária. O Federal Reserve elevou a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual, para o intervalo entre 3,75% e 4,00%, na reunião de 15 e 16 de setembro. A decisão ocorreu diante da persistência das pressões inflacionárias, do aumento dos preços de energia e da avaliação de que as condições econômicas ainda permitiam uma política monetária mais restritiva. A elevação foi a primeira sob a presidência de Kevin Warsh e reforçou a percepção de que os juros americanos poderiam permanecer altos por mais tempo.

A decisão do Fed teve impacto importante sobre os mercados globais. O aumento dos juros americanos, combinado à elevação dos rendimentos dos Treasuries e à valorização do dólar, provocou maior cautela entre investidores em mercados emergentes. Dados posteriormente divulgados indicaram que os mercados emergentes registraram saída de aproximadamente US$ 26,3 bilhões em setembro, sendo US$ 19,2 bilhões provenientes de ações e US$ 7 bilhões de renda fixa. Apesar disso, o Brasil apresentou desempenho relativamente favorável, sustentado pelo fluxo estrangeiro e pela percepção de que a redução da Selic poderia continuar.

Os dados de atividade e emprego dos Estados Unidos permaneceram relativamente robustos durante grande parte do mês. O mercado de trabalho mostrou resiliência, com a taxa de desemprego em 4,1% em agosto e criação de 162 mil vagas, resultado superior às expectativas. Esse desempenho contribuiu para aumentar a percepção de que o Federal Reserve teria espaço para manter uma política monetária mais restritiva. Posteriormente, os dados de emprego de setembro, divulgados no início de outubro, mostraram desaceleração significativa, com criação de apenas 29 mil vagas e desemprego de 4,2%, reduzindo as expectativas de uma nova alta imediata dos juros em outubro.

Na Europa, o ambiente também passou por uma mudança importante. O Banco Central Europeu elevou suas três principais taxas de juros em 0,25 ponto percentual em setembro, levando a taxa de depósito para 2,50%, a de refinanciamento para 2,65% e a de empréstimo marginal para 2,90%. A decisão foi justificada principalmente pela pressão inflacionária decorrente do conflito no Oriente Médio e da elevação dos preços de energia. O BCE passou a projetar inflação média de 3,0% em 2026, 2,5% em 2027 e 2,1% em 2028, mantendo uma postura mais restritiva diante da perspectiva de inflação acima da meta por período prolongado.

Na Ásia, os indicadores continuaram apontando para um crescimento desigual. No Japão, a revisão do PIB do segundo trimestre mostrou crescimento anualizado de 1,4%, acima da estimativa inicial de 1,1%, com expansão de 0,4% na comparação trimestral. O resultado, combinado à persistência das pressões inflacionárias, reforçou as expectativas de continui-

dade do processo de normalização monetária pelo Banco do Japão. A inflação subjacente de Tóquio, por sua vez, acelerou para 2,7% em setembro, superando a meta de 2% do banco central e elevando a possibilidade de novos aumentos dos juros.

Na China, os dados de atividade mostraram uma combinação de recuperação industrial e fraqueza do consumo. A produção industrial cresceu 5,2% em agosto, acelerando em relação aos 4,5% registrados em julho e superando as expectativas. Em contrapartida, as vendas no varejo avançaram apenas 0,4%, abaixo dos 0,6% do mês anterior, enquanto os investimentos em ativos fixos acumulados nos oito primeiros meses do ano recuaram 7,2%. O contraste entre uma indústria sustentada por setores tecnológicos e uma demanda doméstica enfraquecida reforçou as preocupações com a sustentabilidade do crescimento chinês.